

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ESTATUTO DO INDIO
THE INDIAN STATUTE
LE STATUT DE L'INDIEN

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE CIVIL
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
Coordenadoria de Divulgação

ESTATUTO DO ÍNDIO
THE INDIAN STATUTE
LE STATUT DE L'INDIEN

BRASÍLIA
1982

B823e

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de
Imprensa e Divulgação. Estatuto do Índio. Bra-
sília, 1982. 1 v. Texto em português, in-
glês e francês.

1. Índios brasileiros - Estatutos legais, leis,
etc. 2. Política indigenista - Brasil. 1. Títu-
lo.

18. CDD 980.5

ESTATUTO DO INDIO

LEI N.º 6.001 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Dos Princípios e Definições

Art. 1.º Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.

Parágrafo único. Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei.

Art. 2.º Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos:

I — estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação;

II — prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integradas à comunhão nacional;

LEI N.º 6.001 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Dos Princípios e Definições

Art. 1.º Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.

Parágrafo único. Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei.

Art. 2.º Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos:

I — estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação;

II — prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integradas à comunhão nacional;

III — respeitar, ao proporcionar aos índios meios para o seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição;

IV — assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência;

V — garantir aos índios a permanência voluntária no seu **habitat**, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;

VI — respeitar, no processo de integração do índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;

VII — executar, sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas;

VIII — utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento;

IX — garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes;

X — garantir aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em face da legislação lhes couberem.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 3.º Para os efeitos de lei, ficam estabelecidas as definições a seguir discriminadas:

I — Índio ou Silvícola — É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;

II — Comunidade Indígena ou Grupo Tribal — É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados.

Art. 4.º Os índios são considerados:

I — Isolados — Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional;

II — Em vias de integração — Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento;

III — Integrados — Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.

TÍTULO II

Dos Direitos Cíveis e Políticos

CAPÍTULO I

Dos Princípios

Art. 5.º Aplicam-se aos índios ou silvícolas as normas dos artigos 145 e 146, da Constituição Federal, relativas à nacionalidade e à cidadania.

Parágrafo único. O exercício dos direitos civis e políticos pelo índio depende da verificação das condições especiais estabelecidas nesta Lei e na legislação pertinente.

Art. 6.º Serão respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum.

Parágrafo único. Aplicam-se as normas de direito comum às relações entre índios não integrados e pessoas estranhas à comunidade indígena,

excetuados os que forem menos favoráveis a eles e ressalvado o disposto nesta Lei.

CAPITULO II

Da Assistência ou Tutela

Art. 7.º Os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficam sujeitos ao regime tutelar estabelecido nesta Lei.

§ 1.º Ao regime tutelar estabelecido nesta Lei aplicam-se no que couber, os princípios e normas da tutela de direito comum, independentemente, todavia, o exercício da tutela da especialização de bens imóveis em hipoteca legal, bem como da prestação de caução real ou fidejussória.

§ 2.º Incumbe a tutela à União, que a exercerá através do competente órgão federal de assistência aos silvícolas.

Art. 8.º São nulos os atos praticados entre o índio não integrado e qualquer pessoa estranha à comunidade indígena quando não tenha havido assistência do órgão tutelar competente.

Parágrafo único. Não se aplica a regra deste artigo no caso em que o índio revele consciência e conhecimento do ato praticado, desde que não lhe seja prejudicial, e da extensão dos seus efeitos.

Art. 9.º Qualquer índio poderá requerer ao Juízo competente a sua liberação do regime tutelar previsto nesta Lei, investindo-se na plenitude da capacidade civil, desde que preencha os requisitos seguintes:

I — idade mínima de 21 anos;

II — conhecimento da língua portuguesa;

III — habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional;

IV — razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional.

Parágrafo único. O Juiz decidirá após instrução sumária, ouvidos o órgão de assistência ao índio e o Ministério Público, transcrita a sentença concessiva no registro civil.

Art. 10. Satisfeitos os requisitos do artigo anterior, e a pedido escrito do interessado, o órgão de assistência poderá reconhecer ao índio, mediante declaração formal, a condição de integrado, cessando toda restrição à capacidade, desde que, homologado judicialmente o ato, seja inscrito no registro civil.

Art. 11. Mediante decreto do Presidente da República, poderá ser declarada a emancipação da comunidade indígena e de seus membros, quanto ao regime tutelar estabelecido em lei, desde que requerida pela maioria dos membros do grupo e comprovada, em inquérito realizado pelo órgão federal competente, a sua plena integração na comunhão nacional.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, exigir-se-á o preenchimento, pelos requerentes, dos requisitos estabelecido no artigo 9.º.

CAPÍTULO III

Do Registro Civil

Art. 12. Os nascimentos e óbitos, e os casamentos civis dos índios não integrados, serão registrados de acordo com a legislação comum, atendidas as peculiaridades de sua condição quanto à qualificação do nome, prenome e filiação.

Parágrafo único. O registro civil será feito a pedido do interessado ou da autoridade administrativa competente.

Art. 13. Haverá livros próprios, no órgão competente de assistência, para o registro administrativo de nascimentos e óbitos dos índios, da cessação de sua incapacidade e dos casamentos contraídos segundo os costumes tribais.

Parágrafo único. O registro administrativo constituirá, quando couber, documento hábil para proceder ao registro civil do ato correspondente, admitido, na falta deste, como meio subsidiário de prova.

CAPÍTULO IV

Das Condições de Trabalho

Art. 14. Não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores, aplicando-se-lhes todos os direitos e garantias das leis trabalhistas e de previdência social.

Parágrafo único. É permitida a adaptação de condições de trabalho aos usos e costumes da comunidade a que pertencer o índio.

Art. 15. Será nulo o contrato de trabalho ou de locação de serviços realizados com os índios de que trata o art. 4.º, I.

Art. 16. Os contratos de trabalho ou de locação de serviços realizados com indígenas em processo de integração ou habitantes de parques ou colônias agrícolas dependerão de prévia aprovação do órgão de proteção ao índio, obedecendo, quando necessário, a normas próprias.

§ 1.º Será estimulada a realização de contratos por equipe, ou a domicílio, sob a orientação do órgão competente, de modo a favorecer a continuidade da vida comunitária.

§ 2.º Em qualquer caso de prestação de serviços por indígenas não integrados, o órgão de proteção ao índio exercerá permanente fiscalização das condições de trabalho, denunciando os abusos e providenciando a aplicação das sanções cabíveis.

§ 3.º O órgão de assistência ao indígena propiciará o acesso, aos seus quadros, de índios integrados, estimulando a sua especialização indígenista.

TÍTULO III

Das Terras dos Índios

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 17. Reputam-se terras indígenas:

I — as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4.º, IV, e 198, da Constituição;

II — as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste Título;

III — as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas.

Art. 18. As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.

§ 1.º Nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa.

§ 2.º Vetado.

Art. 19. As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao Índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo.

§ 1.º A demarcação promovida nos termos deste artigo, homologada pelo Presidente da República, será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (S.P.U.) e do registro imobiliário da comarca da situação das terras.

§ 2.º Contra a demarcação processada nos termos deste artigo não caberá a concessão do interdito possessório, facultado aos interessados contra ela recorrer à ação petítória ou à demarcatória.

Art. 20. Em caráter excepcional e por qualquer dos motivos adiante enumerados, poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, em área indígena, determinada a providência por decreto do Presidente da República.

§ 1.º A intervenção poderá ser decretada:

- a) para por termo à luta entre grupos tribais;
- b) para combater graves surtos epidêmicos, que possam acarretar o extermínio da comunidade indígena, ou qualquer mal que ponha em risco a integridade do silvícola ou do grupo tribal;
- c) por imposição da segurança nacional;
- d) para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional;

- e) para reprimir a turbacão ou esbulho em larga escala;
- f) para a exploraçãõ de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurancã e o desenvolvimento nacional.

§ 2.º A intervençãõ executar-se-á nas condições estipuladas no decreto e sempre por meios suasórios, dela podendo resultar, segundo a gravidade do fato, uma ou algumas das medidas seguintes:

- a) contençãõ de hostilidades, evitando-se o emprego de força contra os Índios;
- b) deslocamento temporário de grupos tribais de uma para outra área;
- c) remoçãõ de grupos tribais de uma para outra área.

§ 3.º Somente caberá a remoçãõ de grupo tribal quando de todo impossível ou desaconselhável a sua permanência na área sob intervençãõ, destinando-se à comunidade indígena removida área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas.

§ 4.º A comunidade indígena removida será integralmente ressarcida dos prejuízos decorrentes da remoçãõ.

§ 5.º O ato de intervençãõ terá a assistência direta do órgão federal que exercita a tutela do Índio.

Art. 21. As terras espontânea e definitivamente abandonadas por comunidade indígena ou grupo tribal reverterão, por proposta do órgão federal de assistência ao Índio e mediante ato declaratório do Poder Executivo, à posse e ao domínio pleno da União.

CAPÍTULO II

Das Terras Ocupadas

Art. 22. Cabe aos Índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Parágrafo único. As terras ocupadas pelos Índios, nos termos deste artigo, são bens inalienáveis da União (artigos 4.º, IV, e 196, da Constituição Federal).

Art. 23. Considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra, que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil.

Art. 24. O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas naturais e utilidades.

§ 1.º Incluem-se, no usufruto, que se estende aos acessórios e seus acréscidos, o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais compreendidos nas terras ocupadas.

§ 2.º É garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de polícia que em relação a ele eventualmente tiverem de ser aplicadas.

Art. 25. O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do artigo 198, da Constituição Federal, independerá de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República.

CAPÍTULO III

Das Áreas Reservadas

Art. 26. A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais dos bens nelas existentes, respeitadas as restrições legais.

Parágrafo único. As áreas reservadas na forma deste artigo não se confundem com as de posse imemorial das tribos indígenas, podendo organizar-se sob uma das seguintes modalidades:

- a) reserva indígena;
- b) parque indígena;
- c) colônia agrícola indígena;
- d) território federal indígena;

Art. 27. Reserva indígena é uma área destinada a servir de **habitat** a grupo indígena, com os meios suficientes à sua subsistência.

Art. 28. Parque indígena é a área contida em terra na posse de índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.

§ 1.º Na administração dos parques serão respeitados a liberdade, usos, costumes e tradições dos índios.

§ 2.º As medidas de polícia, necessária à ordem interna e à preservação das riquezas existentes na área do parque, deverão ser tomadas por meios suasórios e de acordo com o interesse dos índios que nela habitem.

§ 3.º O loteamento das terras dos parques indígenas obedecerá ao regime de propriedade, usos e costumes tribais, bem como às normas administrativas nacionais, que deverão ajustar-se aos interesses das comunidades indígenas.

Art. 29. Colônia agrícola indígena é a área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional.

Art. 30. Território federal indígena é a unidade administrativa subordinada à União, instituída em região na qual pelo menos um terço da população seja formado por índios.

Art. 31. As disposições deste Capítulo serão aplicadas, no que couber, às áreas em que a posse decorra da aplicação do artigo 198, da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Das Terras de Domínio Indígena

Art. 32. São de propriedade plena do índio ou da comunidade indígena, conforme o caso, as terras havidas por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

Art. 33. O índio, integrado ou não, que ocupe como próprio, por dez anos consecutivos, trecho de terra inferior a cinquenta hectares, adquiri-lhe-á a propriedade plena.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às terras do domínio da União, ocupadas por grupos tribais, às áreas reservadas de que trata esta Lei, nem às terras de propriedade coletiva de grupo tribal.

CAPÍTULO V

Da Defesa das Terras Indígenas

Art. 34. O órgão federal de assistência ao Índio poderá solicitar a colaboração das Forças Armadas e Auxiliares e da Polícia Federal, para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos índios e pelas comunidades indígenas.

Art. 35. Cabe ao órgão federal de assistência ao índio a defesa judicial ou extrajudicial dos direitos dos silvícolas e das comunidades indígenas.

Art. 36. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, compete à União adotar as medidas administrativas ou propor, por intermédio do Ministério Público Federal, as medidas judiciais adequadas à proteção da posse dos silvícolas sobre as terras que habitem.

Parágrafo único. Quando as medidas judiciais previstas neste artigo forem propostas pelo órgão federal de assistência, ou contra ele, a União será litisconsorte ativa ou passiva.

Art. 37. Os grupos tribais ou comunidades indígenas são partes legítimas para a defesa dos seus direitos em juízo, cabendo-lhes, no caso, a assistência do Ministério Público Federal ou do órgão de proteção ao índio.

Art. 38. As terras indígenas são inusucapíveis e sobre elas não poderá recair desapropriação, salvo o previsto no artigo 20.

TÍTULO IV

Dos Bens e Renda do Patrimônio Indígena

Art. 39. Constituem bens do Patrimônio Indígena:

I — as terras pertencentes ao domínio dos grupos tribais ou comunidades indígenas;

II — O usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas por grupo tribal ou comunidades indígenas e nas áreas a eles reservadas;

III — os bens móveis ou imóveis, adquiridos a qualquer título.

Art. 40. São titulares do Patrimônio Indígena:

I — a população indígena do País, no tocante a bens ou rendas pertencentes ou destinadas aos silvícolas, sem discriminação de pessoas ou grupos tribais;

II — o grupo tribal ou comunidade indígena determinada, quanto à posse e usufruto das terras por ele exclusivamente ocupadas, ou a ele reservadas;

III — a comunidade indígena ou grupo tribal nomeado no título aquisitivo da propriedade, em relação aos respectivos imóveis ou móveis.

Art. 41. Não integram o Patrimônio Indígena:

I — as terras de exclusiva posse ou domínio do índio ou silvícola, individualmente considerado, e o usufruto das respectivas riquezas naturais e utilidades;

II — a habitação, os móveis e utensílios domésticos, os objetos de uso pessoal, os instrumentos de trabalho e os produtos da lavoura, caça, pesca e coleta ou do trabalho em geral dos silvícolas.

Art. 42. Cabe ao órgão de assistência a gestão do Patrimônio Indígena, propiciando-se, porém, a participação dos silvícolas e dos grupos tribais na administração dos próprios bens, sendo-lhes totalmente confiado o encargo, quando demonstrem capacidade efetiva para o seu exercício.

Parágrafo único. O arrolamento dos bens do Patrimônio Indígena será permanentemente atualizado, procedendo-se à fiscalização rigorosa de sua gestão, mediante controle interno e externo, a fim de tornar efetiva a responsabilidade dos seus administradores.

Art. 43. A renda indígena é a resultante da aplicação de bens e utilidades integrantes do Patrimônio Indígena, sob a responsabilidade do órgão de assistência ao índio.

§ 1.º A renda indígena será preferencialmente reaplicada em atividades rentáveis ou utilizada em programas de assistência ao índio.

§ 2.º A reaplicação prevista no parágrafo anterior reverterá principalmente em benefício da comunidade que produziu os primeiros resultados econômicos.

Art. 44. As riquezas do solo, nas áreas indígenas, somente pelos silvícolas podem ser exploradas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício da garimpagem, farscação e cata das áreas referidas.

Art. 45. A exploração das riquezas do subsolo nas áreas pertencentes aos índios, ou do domínio da União, mas na posse de comunidades indígenas, far-se-á nos termos da legislação vigente, observado o disposto nesta Lei.

§ 1.º O Ministério do Interior, através do órgão competente de assistência aos índios, representará os interesses da União, como proprietário do

solo, mas a participação no resultado da exploração, as indenizações e a renda devida pela ocupação do terreno, reverterão em benefício dos índios e constituirão fontes de renda indígena.

§ 2.º Na salvaguarda dos interesses do Patrimônio Indígena e do bem-estar dos silvícolas, a autorização de pesquisa ou lavra, a terceiros, nas posses tribais, estará condicionada a prévio entendimento com o órgão de assistência ao índio.

Art. 46. O corte de madeira nas florestas indígenas consideradas em regime de preservação permanente, de acordo com a letra g e § 2.º, do artigo 3.º, do Código Florestal, está condicionado à existência de programas ou projetos para o aproveitamento das terras respectivas na exploração agropecuária, na indústria ou no reflorestamento.

TÍTULO V

Da Educação, Cultura e Saúde

Art. 47. É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de expressão.

Art. 48. Estende-se à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no País.

Art. 49. A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertencam, e em português, salvaguardado o uso da primeira.

Art. 50. A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais.

Art. 51. A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quanto possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal.

Art. 52. Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com o seu grau de aculturação.

Art. 53. O artesanato e as indústrias rurais serão estimulados, no sentido de elevar o padrão de vida do Índio com a conveniente adaptação às condições técnicas modernas.

Art. 54. Os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional.

Parágrafo unico. Na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse fim destinados.

Art. 55. O regime geral da previdência social será extensivo aos índios, atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas.

TÍTULO VI

Das Normas Penais

CAPÍTULO I

Dos Princípios

Art. 56. No caso de condenação de índio por infração penal, a pena deverá ser atenuada e na sua aplicação o juiz atenderá também ao grau de integração do silvícola.

Parágrafo único. As penas de reclusão e de detenção serão cumpridas, se possível, em regime especial de semiliberdade, no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximos da habitação do condenado.

Art. 57. Será tolerada a aplicação, pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais ou disciplinares contra os seus membros, desde que não revistam caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte.

CAPÍTULO II

Dos Crimes Contra os Índios

Art. 58. Constituem crimes contra os índios e a cultura indígena:

I — escarnecer de cerimônia, rito, uso, costume ou tradição culturais indígenas, vilipendia-los ou perturbar, de qualquer modo, a sua prática.

Pena — detenção de um a três meses;

II — utilizar o índio ou comunidade indígena como objeto de propaganda turística ou de exibição para fins lucrativos. **Pena** — detenção de dois a seis meses;

III — propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas, nos grupos tribais ou entre índios não integrados. **Pena** — detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. As penas estatuidas neste artigo são agravadas de um terço, quando o crime for praticado por funcionário ou empregado do órgão de assistência ao índio.

Art. 59. No caso de crime contra a pessoa, o patrimônio ou os costumes, em que o ofendido seja índio não integrado ou comunidade indígena, a pena será agravada de um terço.

TÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 60. Os bens e rendas do Patrimônio Indígena gozam de plena isenção tributária.

Art. 61. São extensivos aos interesses do Patrimônio Indígena os privilégios da Fazenda Pública, quanto à impenhorabilidade de bens, rendas e serviços, ações especiais, prazos processuais, juros e custas.

Art. 62. Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a

posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas.

§ 1.º Aplica-se o disposto neste artigo às terras que tenham sido desocupadas pelos índios ou comunidades indígenas em virtude de ato ilegítimo de autoridade e particular.

§ 2.º Ninguém terá direito a ação ou indenização contra a União, o órgão de assistência ao índio ou os silvícolas em virtude da nulidade e extinção de que trata este artigo, ou de suas consequências econômicas.

§ 3.º Em caráter excepcional e a juízo exclusivo do dirigente do órgão de assistência ao índio, será permitida a continuação, por prazo razoável, dos efeitos dos contratos de arrendamento em vigor na data desta Lei, desde que a sua extinção acarrete graves consequências sociais.

Art. 63. Nenhuma medida judicial será concedida liminarmente em causas que envolvam interesse de silvícolas ou do Patrimônio Indígena, sem prévia audiência da União e do órgão de proteção ao índio.

Art. 64. **Vetado.**

Parágrafo único. **Vetado.**

Art. 65. O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas.

Art. 66. O órgão de proteção ao silvícola fará divulgar e respeitar as normas da Convenção 107, promulgada pelo Decreto n.º 58.824, de 14 de julho de 1966.

Art. 67. É mantida a Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

Art. 68. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1973; 152.º da Independência e 85.º da República. — **EMÍLIO G. MÉDICI** — Alfredo Buzaid — Antônio Delfim Netto — José Costa Cavalcanti.

THE INDIAN STATUTE

Law N.º 6.001 — of December 19, 1973 — dealing with:

THE INDIAN STATUTE

The President of the Republic

Hereby makes known that the National Congress has enacted and he has duly sanctioned the following Law:

TITLE I

Principles and Definitions

Art. 1. This law regulates the juridical situation of the Indians or forest-dwellers and native communities for the purpose of preserving their culture and integrating them, progressively and harmoniously, in the national communion.

Sole Paragraph. The protection of the laws of the country is extended to the Indians and native communities in the same terms as it applies to other Brazilians, safeguarding native usages, customs and traditions, as well as the particular conditions recognized in this Law.

Art. 2. It is the duty of the Union, the States and the Counties (**municipios**), as well as the agencies of the respective indirect administrations, within the limits of their competence, for protection of the native communities and preservation of their rights, to:

I — Extend to the Indians the benefits of common legislation, whenever application thereof is possible.

II — Furnish assistance to the Indians and native communities, even though they are not integrated in the national communion.

III — Respect, while providing the Indians with means for their development, the peculiarities inherent to their condition.

IV — Assure the Indians of free choice of their way of living and means of subsistence.

V — Guarantee the Indians the right to remain, if they so wish, permanently in their habitat, providing them with resources there for their development and progress.

VI — Respect, in the process of integrating the Indian in the national communion, the cohesion of the native communities, and their cultural values, traditions, usages and customs.

VII — Carry out, whenever possible with the cooperation of the Indians, programs and projects tending to benefit the native communities.

VIII — Utilize the cooperation, spirit of initiative and personal qualities of the Indian, with a view to improving his living conditions and integrating him in the development process.

IX — Guarantee the Indians and native communities, in the terms of the Constitution, permanent possession of the land they inhabit, recognizing their right to exclusive usufruct of the natural wealth and all the utilities existing on that land.

X — Guarantee the Indians full exercise of the civil and political rights to which they are entitled by law.

Sole paragraph. VETOED.

Art. 3. For all legal effects, the following definitions are hereby established:

I — Indian or Forest-dweller — Any individual of pre-Columbian origin or ascent who identifies himself and is identified as belonging to an ethnic group, the cultural characteristics of which distinguish it from the national society.

II — Indigenous Population or Tribal Group — A cluster of Indian families or communities, living either in a state of complete isolation from other sectors of the national community, or in intermittent or permanent contact therewith, but not integrated therein.

Art. 4. The Indians are considered:

I — Isolated — When living in unknown groups, or groups of which only a little vague information is forthcoming from fortuitous contacts with elements of the national community.

II — Integrating — When in intermittent or permanent contact with alien groups, living to a greater or lesser extent in the conditions of their native existence, but accepting certain practices and ways of life common to the other sectors of the national community, of which they stand progressively more in need for their very subsistence.

III — Integrated — When incorporated in the national community and recognizedly in full enjoyment of their civil rights, even while retaining practices, customs and traditions that are characteristic of their own culture.

TITLE II

Civil and Political Rights

CHAPTER I

Principles

• Art. 5. The norms of Articles 145 and 146 of the Federal Constitution, relating to nationality and citizenship, apply to the Indians or forest-dwellers.

Sole paragraph. Enjoyment of civil and political rights by the Indian depends on verification of the special conditions established in this Law and in the pertinent legislation.

Art. 6. The usages, customs and traditions of native communities and their effects shall be respected as regards kinship, order of succession, distribution of property and deeds or business among Indians, unless they opt for application of common law.

Sole paragraph. Common law norms apply to relations between nonintegrated Indians and persons alien to the native community, except insofar as they are less favorable to the former with due exception of the provisions of this Law.

CHAPTER II

Assistance or Tutelage

Art. 7. The Indians and native communities not yet integrated in the national communion are subject to the tutelary regime established by this Law.

§ 1. The principles and norms of common law tutelage apply, where appropriate, to the tutelary regime established by this law, irrespective,

however, of tutelage in the special branch of legally mortgaged real estate, as well as that of real or fidejussionary suretyship.

§ 2. Tutelage is assigned to the Union, which shall exercise it through the competent Federal agency of assistance to the forest-dwellers.

Art. 8. Acts practiced between the nonintegrated Indian and any person alien to the native community are null and void, when unassisted by the competent tutelary agency.

Sole paragraph. The ruling of this article does not apply to the case when the Indian shows an awareness and knowledge of the act practiced, so long as it is not detrimental to him, and of the extent of the effects thereof.

Art. 9. Any Indian can petition the competent Court of Justice to release him from the tutelage provided in this Law, vesting him with full civil capacity, so long as he fulfills the following requisites:

I — Minimal age of 21 years.

II — Knowledge of the Portuguese language.

III — Possession of the necessary skill to perform a useful activity in the national communion.

IV — Reasonable comprehension of the usages and customs of the national community.

Sole paragraph. The Court shall decide after summary investigation, in the light of the opinion of the agency of Indian assistance and the Public Prosecutor, and the sentence granting the petition be transcribed in the civil register.

Art. 10. Upon fulfillment of requirements of the preceding paragraph, and at the written request of the interested party, the assistance agency can recognize the Indian's integrated condition by formal declaration, all restrictions as to capacity being thereby removed, so long as, the decision being judicially ratified, it is entered in the civil register.

Art. 11. By decree of the President of the Republic, emancipation of the native community and its members from the tutelary regime established by law can be declared, when applied for by the majority of the members of the group and proof has been furnished, by an enquiry made by the competent Federal agency, of their full integration in the national communion.

Sole paragraph. For purposes of the provisions of this article, the requirements established in Article 9 must be met by the applicants.

CHAPTER III

Civil Registry

Art. 12. The births, deaths and civil marriages of the nonintegrated Indians shall be registered in accordance with common legislation, taking into account the peculiarities of their condition as regards surname, given name and filiation.

Sole paragraph. Civil registry shall be made at the request of the interested party or the competent administrative authority.

Art. 13. There shall be suitable books available at the competent assistance agency for administrative registration of births and deaths of the Indians, cessation of their incapacity, and marriages performed according to tribal rites.

Sole paragraph. Administrative registration shall constitute, when appropriate, a sufficient document to justify civil registration of the corresponding act, admitted, in the lack of the latter, as subsidiary evidence.

CHAPTER IV

Working Conditions

Art. 14. There shall be no discrimination between native workers and other workers, and the same rights and guarantees of the labor laws and social security shall apply in either case.

Sole paragraph. Adaptation of working conditions to the usages and customs of the community to which the Indian belongs shall be permitted.

Art. 15. Any contract for work or hire of services entered into with Indians covered by the provisions of Article 4, Item I, shall be declared null and void.

Art. 16. Contracts for work or hire of services entered into with natives in process of integration or inhabitants of parks or farming settlements

shall depend on prior approval of the Indian protection agency, and comply when necessary with special norms.

§ 1. The conclusion of contracts for levies of workers or home workers under the orientation of the competent agency is to be encouraged so as to favor continuity of community life.

§ 2. In any case of services rendered by non-integrated Indians, the Indian protection agency shall exert permanent control and supervision over the working conditions, denouncing abuses and taking steps to see that appropriate sanctions are applied.

TITLE III

The Indians' Land

CHAPTER I

General Provisions

Art. 17. Native land is held to be:

I — The land occupied or inhabited by the forest-dwellers referred to in Articles 4, Item IV, and 198 of the Constitution.

II — The reserved areas dealt with in Chapter III of this Title.

III — The land belonging to native or forest-dweller communities.

Art. 18. Native land cannot be the object of leasing or renting or any juridical act or negotiation that restricts the full exercise of direct possession by the native community or the forest-dwellers.

§ 1. In these areas, any person foreign to the tribal groups or native communities is prohibited to practice hunting, fishing or fruit gathering, and to engage in any agricultural, pastoral or extractive activity.

§ 2. **VETOED.**

Art. 19. All native land, by initiative or under guidance of the Federal agency of assistance to the Indian, shall be delimited administratively, in accordance with the process established by decree of the Executive Power.

§ 1. The delimitation promoted in the terms of this article, homologated by the President of the Republic, shall be registered in a special book kept for the purpose by the Service of the Estate of the Union (Serviço do Patrimônio da União — SPU) and in the real estate register of the judicial district in which the land is located.

§ 2. Against the delimitation carried out in the terms of this article, there can be no grant of possessory interdiction, the interested parties having the right to resort to petitionary or delimitative action.

Art. 20. Exceptionally and for any of the motives hereinafter enumerated, the Union can intervene, if there is no alternative solution, in a native area, said measure to be determined by decree of the President of the Republic.

§ 1. Intervention may be decreed:

- (a) To put an end to fighting between tribal groups.
- (b) To combat serious outbreaks of epidemics that may lead to extermination of the native community or any disease that may endanger the integrity of the forest-dwellers or tribal group.
- (c) For the sake of national security.
- (d) To carry out public works of interest to national development.
- (e) To repress widespread disorder or deforcement.
- (f) To work valuable subsoil deposits of outstanding interest for national security and development.

§ 2. Intervention shall be effected in the conditions stipulated in the decree and always by persuasive methods, and therefrom, according to the gravity of the situation, one or more of the following measures may result:

- (a) Restraint of hostilities, avoiding the use of force against the Indians.
- (b) Temporary transfer of tribal groups from one area to another.
- (c) Removal of tribal groups from one area to another.

§ 3. The removal of a tribal group shall only be resorted to when it is quite impossible or inadvisable to allow it to remain in the area under intervention, in which case the native community, on removal, shall be assigned an area equivalent to the former one, ecological condition included.

§ 4. The native community so removed shall be integrally indemnified for any loss or damage arising from the removal.

§ 5. The act of intervention shall be supported by direct assistance from the Federal agency entrusted with tutelage of the Indian.

Art. 21. Land spontaneously and definitively abandoned by a native community or tribal group shall revert, by proposal of the Federal agency of assistance to the Indian and declaratory act of the Executive Power, to the possession and full ownership of the Union.

CHAPTER II

Occupied Land

Art. 22. Indians and forest-dwellers are fully entitled to permanent possession of the land they live on and to exclusive usufruct of the natural wealth and all the utilities existing on that land.

Sole paragraph. Land occupied by Indians in the terms of this article is the inalienable property of the Union (Articles 4, Item IV, and 198 of the Federal Constitution).

Art. 23. Possession by the Indian or forest-dweller is held to mean effective occupation of the land he holds in accordance with tribal usages, customs and traditions and on which he lives or exerts an activity indispensable to subsistence or economically useful.

Art. 24. The usufruct assured to Indians or forest-dwellers comprises the right to possess, use and receive the natural wealth and all the utilities existing on land occupied by them, and likewise the product of economic exploitation of said natural wealth and utilities.

§ 1. Usufruct, which covers accessories and additions thereto, includes the use of the springs and waters comprised in the stretches of inland waterways within the boundaries of occupied land.

§ 2. The Indian is guaranteed rights to the practice of hunting and fishing in the areas occupied by him, any police measures that may possibly have to be applied being carried out persuasively.

Art. 25. Recognition of the right of the Indians and tribal groups to permanent possession of the land they inhabit, in the terms of Article 198

of the Federal Constitution, shall be independent of the delimitation thereof, and shall be assured by the Federal agency of assistance to the forest-dwellers, taking into account the current situation and the historic consensus of opinion on the length of time they have been occupied, without detriment to the appropriate measures that the Powers of the Republic may take in the case of omission or error of the said agency.

CHAPTER III

Reserved Areas

Art. 26. The Union may establish, in any part of the national territory, can live and obtain means of subsistence, with a right to the usufruct of the areas set aside for possession and occupation by the Indians, where they natural wealth and goods existing therein, and due respect of the legal restrictions applicable.

Sole paragraph. The areas reserved as prescribed in this article are not to be confused with those in immemorial possession of the native tribes, and may be organized in one of the following forms:

- (a) Indian reserve.
- (b) Indian park.
- (c) Indian farming settlement.
- (d) Indian Federal territory.

Art. 27. An Indian reserve is an area intended to serve as a habitat for a native group, with sufficient means for the subsistence thereof.

Art. 28. An Indian park is an area contained within land in the possession of Indians, whose degree of integration is sufficient to allow of economic, educational and sanitary assistance being supplied to them by the agencies of the Union, wherein the flora, fauna and natural scenery of the region are to be preserved.

§ 1. In the administration of the parks, the freedom, usages, customs and traditions of the Indians shall be respected.

§ 2. The police measures necessary to keep order and preserve the existing natural wealth in the area of the park must be taken with the use

of persuasive means and in accordance with the interests of the Indians living there.

§ 3. The subdivision of land in the Indian parks shall comply with the tribal regime of property, usages and customs, and likewise with the national norms of administration, which must be adapted to the interests of the native communities.

Art. 29. An Indian farming settlement is an area intended for crop and livestock farming, administered by the Indian assistance agency, where acculturated tribes and members of the national community live together.

Art. 30. An Indian Federal territory is an administrative unit subordinated to the Union, instituted in a region where at least one-third of the population is made up of Indians.

Art. 31. The provisions of this Chapter shall be applied, wherever fit, to the areas in which possession arises from application of Article 198 of the Federal Constitution.

CHAPTER IV

Land of Native Ownership

Art. 32. The Indian or the native community, as the case may be, shall have full ownership of land obtained by any of the ways of acquiring property in the terms of civil legislation.

Art. 33. The Indian, whether integrated or not, who occupies a plot of land, less than fifty hectares (123.6 acres in area, as his own for ten consecutive years, shall acquire full ownership thereof.

Sole paragraph. The provisions of this article do not apply to land of Union domain occupied by tribal groups, the reserved areas referred to in this Law, or land which is the collective property of the tribal group.

CHAPTER V

Defense of Native Land

Art. 34. The Federal agency of assistance to the Indian can call on the Armed and Auxiliary Forces and on the Federal Police to cooperate in

assuring the protection of the land occupied by the Indians and by the native communities.

Art. 35. It is the duty of the Federal agency of assistance to the Indian to assume judicial or extrajudicial defense of the rights of the forest-dwellers and native communities.

Art. 36. Without affecting the provisions of the preceding article, it is the duty of the Union to take suitable administrative measures or propose, by the intermediary of the Federal Public Prosecutor, adequate judicial measures to protect the forest-dwellers' possession of the land they live on.

Sole paragraph. When the judicial measures provided in this article are proposed by the Federal assistance agency, or against it, the Union shall be an active or passive party to the suit.

Art. 37. The tribal groups or native community are legitimate parties for the defense of their rights in justice, and in this case they are entitled to assistance from the Federal Public Prosecutor or from the Indian protection agency.

Art. 38. Native land is not liable to usucaption (squatters' rights) and cannot be disappropriated, except as provided in Article 20.

TITLE IV

Assets and Income of the Indian Estate

Art. 39. The assets of the Indian Estate are as follows:

I — Land in the ownership of tribal groups or native communities.

II — The exclusive usufruct of the natural wealth and all the utilities existing on the land occupied by tribal groups or native communities and in the areas reserved for them.

III — Movables or real estate acquired on any good title.

Art. 40. Title to the Indian Estate is held by:

I — The native population of the country in respect of the assets or income belonging to or intended for the forest-dwellers, without discrimination in favor of persons or tribal groups.

II — The determinate tribal group or native community in respect of the possession and usufruct of the land exclusively occupied thereby or reserved therefor.

III — The native community or tribal group named in the title of acquisition of the property, in relation to the respective movables or real estate.

Art. 41. The following do not form an integral part of the Indian Estate:

I — Land in the exclusive possession or ownership of the Indian or forest-dweller, considered individually, and the usufruct of the respective natural wealth and utilities.

II — The dwellings, furniture and household utensils, objects of personal use, working tools and implements, and products of tilling, hunting, fishing and collecting, or work of the forest-dwellers in general.

Art. 42. It is the duty of the assistance agency to manage the Indian Estate giving the forest-dwellers and tribal groups a share, however, in the administration of their own assets, the entire charge of which is handed over to them when they show themselves effectively capable of exercising it.

Sole paragraph. The inventory of the assets of the Indian Estate shall be kept continuously up to date, with strict supervision and control of the management thereof so as to ensure effective responsibility of the administrators.

Art. 43. The native income is the result of the investment of assets and utilities forming an integral part of Indian Estate, under the responsibility of the Indian assistance agency.

§ 1. The native income shall be preferably reinvested in profitable activities or utilized in Indian assistance programs.

§ 2. The reinvestment provided in the preceding paragraph shall revert mainly in benefit of the community that produced the first economic results.

Art. 44. Ground wealth in the native areas can only be exploited by the forest-dwellers, who have the exclusive right to practice placer mining, panning and screening for nuggets, precious and semiprecious stones in the areas in question.

Art. 45. Exploitation of subsoil wealth in the areas belonging to the Indians, or to the domain of the Union, but in the possession of Indian communities, shall be effected in the terms of the legislation in force, with due observation of the provisions of this Law.

§ 1. The Ministry of the Interior, through the competent agency of assistance to the Indians, shall represent the interests of the Union, as owner of the soil, but the share in the results of exploitation, indemnities and royalties for the occupation of the land, shall revert to the benefit of the Indians and constitute a source of native income.

§ 2. In order to safeguard the interest of the Indian Estate and the well-being of the forest-dwellers the grant of authorization to third parties for prospecting or mining on tribal possessions shall be conditioned to prior understandings with the Indian assistance agency.

Art. 46. The felling of timber in the native forests considered to be under the regime of permanent preservation, in accordance with Item g and Paragraph 2 of Article 3 of the Forestry Code, is conditioned to the existence of programs or projects for developing the respective land by crop and stock farming, industry or reforestation.

TITLE V

Education, Culture and Health

Art. 47. Respect for the cultural heritage of the native communities, their artistic values and means of expression is hereby assured.

Art. 48. The current system of education throughout the country is extended to the native population, with the necessary adaptations.

Art. 49. The Indians shall be taught to read and write in the language of the group to which they belong, and in Portuguese, safeguarding the use of the former tongue.

Art. 50. The education of the Indian shall be oriented towards integration in the national communion by means of a process of gradual comprehension of the general problems and values of the national society, as well as development of their natural aptitudes.

Art. 51. Assistance for educational purposes shall be rendered to minors, as far as possible without alienating them from the family or tribal way of life.

Art. 52. The Indian shall be provided with adequate professional training in accordance with his degree of acculturation.

Art. 53. Handicrafts and rural industries are to be encouraged with a view to raising the Indian's standard of living by suitable adaptation to modern technical conditions.

Art. 54. The Indians have a right to the means of health protection provided for the national communion.

Sole paragraph. In infancy, in child-bearing, in sickness and in old age, the forest-dweller must be assured of special assistance from the public powers, in establishments specially designed for the purpose.

Art. 55. The general regime of social security shall be extended to the Indians, due attention being paid to the social, economic and cultural conditions in the communities so benefitted.

TITLE VI

Penal Norms

CHAPTER I

Principles

Art. 56. In the case of condemnation of the Indian for penal infraction, the penalty shall be attenuated and in application thereof the Court shall also bear in mind the degree of integration of the forest-dweller.

Sole paragraph. The sentences of preventive or penal imprisonment shall be served, if possible, under a special regime of semiliberty, on the premises of the Federal agency of assistance to the Indians, located nearest to the dwelling of the condemned person.

Art. 57. The application of penal or disciplinary sanctions by the tribal groups to their members in accordance with their own institutions shall be tolerated, so long as such sanctions are not of a cruel or degrading nature, the death sentence being prohibited in any case whatsoever.

CHAPTER II

Crimes Against the Indians

Art. 58. The following constitute crimes against the Indians and native culture:

I — To jeer at native cultural ceremonies, rites, usages, customs or traditions, or to revile or disturb in any way the practice thereof. **Penalty:** One to three months imprisonment.

II — To make use of the Indian or native community as an object of touristic propaganda or exhibition for lucrative purposes. **Penalty:** Two to six months imprisonment.

III — To foster by any means the use and spread of alcoholic drinks in tribal groups or among nonintegrated Indians. **Penalty:** Six months to two years imprisonment.

Sole paragraph. The penalties established in this article shall be increased by one-third when the crime is committed by an officer or employee of the Indian assistance agency.

Art. 59. In the case of a crime against the person, estate or customs where the injured party is a nonintegrated Indian or native community, the penalty shall be increased by one-third.

TITLE VII

General Provisions

Art. 60. The assets and income of the Indian Estate enjoy full exemption from taxation.

Art. 61. The privileges of the Public Treasury as regards the prohibition against pledging of goods, income and services, special actions, procedural time limits, interest and costs, extend to the interests of the Indian Estate.

Art. 62. The juridical effects of acts of any kind whose object it is to secure ownership, possession or occupation of the land inhabited by the Indians or native communities, are hereby declared null and void.

§ 1. The provisions of this article apply to land that has been vacated by the Indians or by native communities by virtue of an illegal act of the authorities or of private persons.

§ 2. None shall have a right to legal action or indemnity against the Union, the Indian assistance agency or the forest-dwellers, on the grounds of the nullification and voidance with which this article is concerned, or the economic consequences thereof.

§ 3. Exceptionally and at the exclusive discretion of the director of the Indian assistance agency, the effects of contracts of hire or tenancy in force on the date of issue of this Law shall be allowed to continue for a reasonable length of time, should extinction thereof bring about serious social consequences.

Art. 63. No preliminary judicial measures shall be granted in cases involving the interests of the forest-dwellers or the Indian Estate, without prior consultation of the Union and the Indian protection agency.

Art. 64. VETOED.

Sole paragraph. VETOED.

Art. 65. Within the limit of five years, the Executive Power shall effect the delimitation of all Indian land not yet delimited.

Art. 66. The agency of protection of the forest-dweller shall disseminate and respect the norms of Convention 107, promulgated by Decree n.º 58.824 of July 14, 1966.

Art. 67. Law n.º 5.371, of December 5, 1967, is hereby maintained.

Art. 68. This Law shall come into force on the date of publication, all provisions to the contrary being hereby revoked.

— Translated by JOHN KNOX

LE STATUT DE L'INDIEN

LOI N.º 6.001 — DU 19 DÉCEMBRE 1973 — PORTANT SUR LE:

STATUT DE L'INDIEN

Le président de la République

Fait savoir que le Congrès national décrète et qu'il sanctionne la Loi suivante:

TITRE I

Principes et définitions

Art. 1. Cette Loi règle la situation juridique des Indiens ou sylvicoles et des communautés indigènes, dans le but de préserver leur culture et de les intégrer progressivement et harmonieusement à la communion nationale.

Paragraphe unique. La protection des Loïs du pays s'étend aux Indiens et aux communautés indigènes dans les mêmes termes qu'elles sont appliquées aux autres Brésiliens, respectant les us et coutumes, et les traditions indigènes, ainsi que les conditions particulières reconnues par cette Loi.

Art. 2. C'est, dans la limite de leur compétence, à l'Union; aux Etats, aux municipes et aux organes des respectives administrations indirectes, pour la protection des communautés indigènes et la préservation de leurs droits, qu'il convient de:

I — étendre aux Indiens les bénéfices de la législation commune quand son application est possible;

II — aider les Indiens et les communautés indigènes qui ne sont pas encore intégrés à la communion nationale;

III — respecter, en accordant aux Indiens des moyens de se développer, les particularités inhérentes à leur condition;

IV — assurer aux Indiens la possibilité de libre choix de leurs moyens d'existence et de subsistance;

V — garantir aux Indiens la permanence volontaire dans leur habitat, en leur y accordant les ressources pour leur développement et progrès;

VI — respecter, dans le processus d'intégration de l'Indien à la communion nationale, la cohésion des communautés indigènes, leurs valeurs culturelles, traditions, us et coutumes;

VII — exécuter, autant que possible moyennant la collaboration des Indiens, les programmes et projets tendant à profiter aux communautés indigènes;

VIII — utiliser la coopération, l'esprit d'initiative et les qualités personnelles de l'Indien, dans le but d'améliorer ses conditions de vie et son intégration au processus de développement;

IX — garantir aux Indiens et aux communautés indigènes, dans les termes de la Constitution, la jouissance permanente des terres qu'ils habitent, en leur reconnaissant le droit d'usufruit exclusif des richesses naturelles et de toutes les utilités existant sur ces terres.

X — garantir aux Indiens le plein exercice des droits civils et politiques qui leur reviennent en face de la législation.

Paragraphe unique. VETO.

Art. 3. Pour effets de la Loi, les définitions suivantes ont été établies:

I — Indien ou Sylvicole — est tout individu d'origine ou ascendance pré-colombienne qui s'identifie et est identifié comme appartenant à un groupe ethnique dont les caractéristiques culturelles le distinguent de la société nationale;

II — Communauté indigène ou Groupe tribal — est un ensemble de familles ou communautés indiennes vivant soit en état de complet isolement en relation aux autres secteurs de la communion nationale, soit en contacts intermittents ou permanents sans toutefois y être intégrés.

Art. 4. Les Indiens sont considérés:

I — Isolés — quand ils vivent en groupes ignorés ou à peine connus par de vagues informations au moyen de contacts fortuits avec des éléments de la communion nationale;

II — En voie d'intégration — quand ils sont en contact intermittent ou permanent avec des groupes étrangers et conservent plus ou moins une partie des conditions de leur vie naturelle, mais acceptent certaines pratiques et modes de vie communs aux autres secteurs de la communion nationale dont ils dépendent de plus en plus pour leur propre subsistance;

III — Intégrés — quand ils sont incorporés à la communion nationale et que le plein exercice de leurs droits civils est reconnu, bien qu'ils conservent les us et coutumes, et les traditions caractéristiques de leur culture.

TITRE II

Droits civils et politiques

CHAPITRE I

Principes

Art. 5. Les normes des articles 145 et 146 de la Constitution fédérale relatives à la nationalité et droit de citoyenneté s'appliquent aux Indiens ou sylvicoles.

Paragraphe unique. L'exercice des droits civils et politiques de l'Indien dépend de la vérification des conditions spéciales établies par cette Loi et par la législation pertinente.

Art. 6. Les us et coutumes, et les traditions des communautés indigènes et leurs effets seront respectés dans les relations de famille, dans l'ordre de succession, dans le régime de propriété et dans les actes ou négociés réalisés entre Indiens, sauf s'ils optent pour l'application du droit commun.

Paragraphe unique. Les normes de droit commun s'appliquent aux relations entre Indiens non intégrés et personnes étrangères à la communauté indigène, excepté ceux qui leur furent moins favorables et sous réserve des dispositions de cette Loi.

CHAPITRE II

Assistance ou tutelle

Art. 7. Les Indiens et les communautés indigènes qui ne sont pas encore intégrés à la communion nationale restent sujets au régime tutélaire établi par cette loi.

§ 1. Tout ce qui concerne les principes et normes de tutelle du droit commun s'applique au régime tutélaire établi par cette Loi, exceptant toutefois l'exercice de la tutelle de la spécialisation des biens immeubles en hypothèque légale ainsi que du prêt de caution réel ou fidéjusseur.

§ 2. La tutelle incombe à l'Union qui l'exercera au moyen de l'organe fédéral compétent d'assistance aux sylvicoles.

Art. 8. Sont nuls et non avenus les actes pratiqués entre l'Indien non intégré et quelque personne que ce soit étrangère à la communauté indigène quand il n'y a pas eu assistance de l'organe de tutelle compétent.

Paragraphe unique. La règle de cet article ne s'applique pas dans le cas où l'indien est conscient et a connaissance de l'acte pratiqué, s'il ne lui est pas préjudiciable et donne de l'extension à ses effets.

Art. 9. Quelqu'Indien que ce soit pourra solliciter au juge compétent sa libération du régime de tutelle prévu par cette Loi s'investissant de la plénitude de la capacité civile, s'il remplit les conditions suivantes:

I — âge minimum de 21 ans;

II — connaissance de la langue portugaise;

III — capacité pour l'exercice d'une activité utile dans la communion nationale;

IV — compréhension raisonnable des us et coutumes de la communion nationale;

Paragraphe unique. Le Juge décidera, après instruction sommaire et avoir entendu l'organe d'assistance à l'indien et le ministère public, et la sentence concessoire sera transcrite sur le registre civil.

Art. 10. Les conditions de l'article antérieur étant remplies ainsi que la demande de l'intéressé faite par écrit, l'organe d'assistance pourra reconnaître à l'Indien, moyennant déclaration formelle, la condition d'intégré, cessant toute restriction à la capacité si l'acte homologué judiciairement est inscrit sur le registre civil.

Art. 11. En vertu du décret du président de la République, l'émancipation de la communauté indigène et de ses membres pourra être déclarée en ce qui concerne le régime de tutelle établi par la Loi, si elle est sollicitée par la majorité des membres du groupe et que sa pleine intégration à la communion nationale est confirmée par une enquête de l'organe fédéral compétent.

Paragraphe unique. Pour les effets de la disposition dans cet article, les postulants sont priés de remplir les conditions établies à l'article 9.

CHAPITRE III

Registre civil

Art. 12. Les naissances et décès, ainsi que les mariages civils des Indiens non intégrés seront enregistrés selon la législation commune et les

particularités de leurs conditions seront observées quant à la qualification du nom, prénom et filiation.

Paragraphe unique. Le registre civil sera fait à la demande de l'intéressé ou de l'autorité administrative compétente.

Art. 13. L'organe compétent d'assistance aura des livres spécialement réservés à l'enregistrement administratif des naissances et décès des Indiens, de la cessation de leur incapacité et des mariages contractés selon les coutumes de leur tribu.

Paragraphe unique. L'enregistrement administratif constituera, s'il y a lieu, un document utile pour procéder à l'enregistrement civil de l'acte correspondant et sera admis, dans le manque de celui-ci, comme moyen subsidiaire de preuve.

CHAPITRE IV

Conditions de travail

Art. 14. Il n'y aura pas de discrimination entre les travailleurs indigènes et les autres travailleurs, tous les droits et garanties des lois du travail et de sécurité sociale leur étant assurés.

Paragraphe unique. L'adaptation des conditions de travail aux us et coutumes de la communauté à laquelle l'Indien appartient est permise.

Art. 15. Sera nul et non avenu le contrat de travail ou de location de services réalisés avec les indigènes dont il s'agit à l'article 4., I.

Art. 16. Les contrats de travail ou de location de services réalisés avec les indigènes en processus d'intégration ou habitant de parcs ou de colonies agricoles dépendront de l'approbation préalable de l'organe de protection à l'Indien, obéissant quand nécessaire à des normes *ad hoc*.

§ 1. La réalisation de contrats par équipe ou à domicile sera stimulée sous l'orientation de l'organe compétent, de mode à favoriser la continuité de la vie communautaire.

§ 2. En quelque cas que ce soit de services rendus par les indigènes non intégrés, l'organe de protection à l'Indien exercera une surveillance permanente des conditions de travail, dénonçant les abus et permettant l'application des sanctions appropriées.

TITRE III

Terres des Indiens

CHAPITRE I

Dispositions générales

Art. 17. Sont reconnues comme terres Indigènes:

I — Les terres occupées ou habitées par les sylvicoles aux quels se réfèrent les articles 4, IV, et 198 de la Constitution;

II — Les zones réservées dont il s'agit au Chapitre III de ce Titre;

III — les terres du domaine des communautés Indigènes ou de sylvicoles.

Art. 18. Les terres indigènes ne pourront faire l'objet de fermage ou de tout autre acte ou négoce juridique qui restreigne le plein exercice de la jouissance directe par la communauté Indigène ou par les sylvicoles.

§ 1. Dans ces zones, la chasse, la pêche ou la récolte des fruits, ainsi que toute activité agro-pastorale ou extractive sont interdites à quelque personne étrangère aux groupes tribaux ou aux communautés Indigènes.

§ 2. VETO

Art. 19. Les terres Indigènes, par l'initiative et sous l'orientation de l'organe fédéral d'assistance à l'Indien, seront délimitées administrativement conformément à un processus établi en décret du Pouvoir exécutif.

§ 1. La démarcation promue dans les termes de cet article, et homologuée par le président de la République, sera enregistrée en un livre *ad hoc* du Service du Patrimoine de l'Union (S.P.U.) et du registre immobilier de la division administrative de la situation des terres.

§ 2. Contre la démarcation procédée selon les termes de cet article, il ne pourra pas y avoir la concession de l'interdit possessoire, mais il est permis aux intéressés d'avoir recours à l'action pétitoire ou démarcatoire contre elle.

Art. 20. En caractère exceptionnel et pour n'importe lequel des motifs énumérés ci-dessus, l'Union pourra intervenir s'il n'y a pas de solution alternative en zone indigène, mesure déterminée par décret du président de la République.

§ 1. L'intervention pourra être décrétée:

a) pour mettre fin à la lutte entre les groupes tribaux;

b) pour combattre de graves irrptions épidémiques qui peuvent occasionner l'extinction de la communauté indigène ou quelque mal qui mette en danger l'intégrité du sylvicole ou du groupe tribal;

c) en raison de la sécurité nationale;

d) pour la réalisation de travaux publics qui intéressent le développement national;

e) pour réprimer les séditions ou spoliations à grande échelle;

f) pour l'exploitation des richesses du sous-sol de grand intérêt pour la sécurité et le développement national.

§ 2. L'intervention s'exécutera dans les conditions stipulées dans le décret et toujours par moyens persuasifs; il pourra en résulter, selon la gravité du fait, une ou plusieurs des mesures suivantes;

a) contention d'hostilités en évitant l'emploi de la force contre les Indiens;

b) déplacement temporaire de groupes tribaux d'un secteur à l'autre;

c) déplacement de groupes tribaux d'un secteur à l'autre.

§ 3. Le déplacement de groupe tribal ne se produira que si sa présence est jugée impossible ou déconseillable dans la zone sous intervention, destinant à la communauté indigène déplacée une zone équivalente à la précédente, y inclus les conditions écologiques.

§ 4. La communauté indigène déplacée sera intégralement dédommée des préjudices dus au déplacement.

§ 5. L'acte d'intervention aura l'assistance directe de l'organe fédéral qui exerce la tutelle sur l'Indien.

Art. 21. Les terres spontanément et définitivement abandonnées par une communauté indigène ou groupe tribal retourneront, par proposition de l'organe fédéral d'assistance à l'Indien et moyennant acte déclaratoire du Pouvoir exécutif, à la possession et au domaine pléniers de l'Union.

CHAPITRE II

Terres occupées

Art. 22. Il revient aux Indiens ou sylvicoles la jouissance permanente des terres qu'ils habitent et le droit à l'usufruit exclusif des richesses naturelles et de toutes les utilités existant sur ces terres.

Paragraphe unique. Les terres occupées par les indiens, selon les termes de cet article, sont des biens indéniables de l'Union (articles 4, IV, et 198 de la Constitution fédérale).

Art. 23. Est considéré jouissance de l'Indien ou du sylvicole, l'occupation effective de la terre que, selon les usages, coutumes et traditions, il détient et où il habite ou exerce l'activité indispensable à sa subsistance ou économiquement utile.

Art. 24. L'usufruit assuré aux Indiens ou sylvicoles comprend le droit de jouissance, usage et perception des richesses naturelles et de toutes les utilités existant sur les terres occupées ainsi que le produit de l'exploitation économique de ces richesses naturelles et utilités.

§ 1. Sont inclus dans l'usufruit qui s'étend aux accessoires et à l'accroissement de ceux-ci, l'usage des sources et des eaux des tronçons des voies fluviales comprises dans les terres occupées.

§ 2. La pratique exclusive de la chasse et de la pêche est garantie à l'Indien dans les zones qu'il occupe et les mesures de police qui devront être appliquées éventuellement en ce qui le concerne, devront être exécutées de forme persuasive.

Art. 25. La reconnaissance du droit des Indiens et groupes tribaux à la jouissance permanente des terres qu'ils habitent selon les termes de l'article 198 de la Constitution fédérale, ne dépendra pas de leur démarcation et sera assurée par l'organe fédéral d'assistance aux sylvicoles, compte tenu de la situation actuelle et du consensus historique sur l'ancienneté de l'occupation sans préjudice des mesures convenables qui en cas d'ommission ou d'erreur de l'organe en question, seront prises par un des pouvoirs de la République.

CHAPITRE III

Zones réservées

Art. 26. L'Union pourra établir, en quelque partie du territoire national qui soit, des zones destinées à la jouissance et à l'occupation des Indiens où ils pourront vivre et obtenir des moyens de subsistance avec droit à l'usufruit et à l'utilisation des richesses naturelles et des biens y existant en respectant les restrictions légales.

Paragraphe unique. Les zones réservées, comme indiqué dans cet article, ne se confondent pas avec celles de jouissance immémoriale des tribus indigènes et peuvent être organisées selon une des modalités suivantes:

- a) réserve indigène
- b) parc indigène
- c) colonie agricole indigène
- d) territoire fédéral indigène.

Art. 27. La réserve indigène est une zone destinée à servir d'habitat à un groupe indigène avec des moyens suffisants à sa subsistance.

Art. 28. Le parc indigène est la zone contenue sur les terres de la jouissance des Indiens, dont le degré d'intégration permet l'assistance économique, éducative et sanitaire des organes de l'Union où les réserves de la flore et la faune, ainsi que les beautés naturelles de la région sont préservées.

§ 1. Dans l'administration des parcs, la liberté, usages, coutumes et traditions des Indiens seront respectés.

§ 2. Les mesures de police nécessaires à l'ordre interne et à la préservation des richesses existantes dans la zone du parc devront être prises par des moyens persuasifs et d'accord avec l'intérêt des Indiens qui y habitent.

§ 3. L'allocation des parcs indigènes obéira au régime de propriété, us et coutumes de la tribu ainsi qu'aux normes administratives nationales qui devront s'ajuster aux intérêts des communautés indigènes.

Art. 29. La colonie agricole indigène est la zone destinée à l'exploitation agro-pastorale administrée par l'organe d'assistance à l'Indien où vivent ensemble des tribus acculturées et des membres de la communauté nationale.

Art. 30. Le territoire fédéral indigène est l'unité administrative subordonnée à l'Union instituée en région dans laquelle au moins un tiers de la population est formée par des Indiens.

Art. 31. Les dispositions de ce Chapitre seront appliquées, quand il conviendra, aux zones où la jouissance provient de l'application de l'article 198 de la Constitution fédérale.

CHAPITRE IV

Terres du domaine indigène

Art. 32. Les terres du domaine obtenues par quelques formes d'acquisition que ce soit, selon les termes de la législation civile, sont entièrement de la propriété de l'Indien ou de la communauté indigène, suivant le cas.

Art. 33. L'Indien, Intégré ou non, qui occupe comme sienne pour dix ans consécutifs une parcelle de terre inférieure à cinquante hectares, acquiert la propriété entière.

Paragraphe unique. La disposition de cet article ne s'applique pas aux terres du domaine de l'Union, occupées par des groupes tribaux, aux zones réservées dont traite cette Loi, ni aux terres de la propriété collective du groupe tribal.

CHAPITRE V

Défense des terres indigènes

Art. 34. L'organe fédéral d'assistance à l'Indien pourra solliciter la collaboration des Forces armées et auxiliaires, et de la Police fédérale, pour assurer la protection des terres occupées par les Indiens et par les communautés indigènes.

Art. 35. C'est à l'organe fédéral d'assistance à l'Indien que revient la défense judiciaire ou extra-judiciaire des droits des sylvicoles et des communautés indigènes.

Art. 36. Sans préjudice de la disposition de l'article antérieur, il revient à l'Union d'adopter les mesures administratives ou de proposer, par l'intermédiaire du ministère public fédéral, les mesures judiciaires adéquates à la protection des sylvicoles quant à la jouissance des terres qu'ils habitent.

Paragraphe unique. Quand les mesures judiciaires prévues dans cet article sont proposées par l'organe fédéral d'assistance ou contre lui, l'Union sera partie active ou passive.

Art. 37. Les groupes tribaux ou communautés indigènes sont parties légitimes pour la défense de leurs droits en jugement, l'assistance du ministère public fédéral ou de l'organe de protection à l'Indien leur revenant dans ce cas.

Art. 38. Les terres indigènes ne sont pas susceptibles d'usucapion (prescription acquisitive) et la désappropriation ne pourra tomber sur elle qu'au cas prévu à l'article 20.

TITRE IV

Biens et revenus du Patrimoine indigène

Art. 39. Les biens du Patrimoine indigène sont constitués par:

I — les terres appartenant au domaine des groupes tribaux ou des communautés indigènes;

II — l'usufruit exclusif des richesses naturelles et de toutes les utilités existantes sur les terres occupées par les groupes tribaux ou communautés indigènes et dans les zones qui leur sont réservées;

III — les biens meubles ou immeubles acquis à quelque titre que ce soit;

Art. 40. Sont titulaires du Patrimoine indigène:

I — La population indigène du pays en ce qui concerne les biens ou revenus appartenant ou destinés aux sylvicoles, sans discrimination de personnes ou de groupes tribaux;

II — le groupe tribal ou communauté indigène déterminé quant à la jouissance et l'usufruit des terres occupées exclusivement par lui ou qui lui sont réservées;

III — la communauté indigène ou groupe tribal nommé sur le titre d'acquisition de la propriété en rapport aux meubles et immeubles respectifs.

Art. 41. N'intègrent pas le Patrimoine indigène:

I — les terres de la jouissance ou du domaine exclusif de l'Indien ou sylvicole considéré individuellement et l'usufruit des richesses naturelles et utilités respectives;

II — l'habitation, les meubles et ustensile de ménage, les objets d'usage personnel, les instruments de travail et les produits de culture, chasse, pêche et récolte ou du travail en général des sylvicoles.

Art. 42. La gestion du Patrimoine indigène revient à l'organe d'assistance, utilisant toutefois la participation des sylvicoles et des groupes tribaux dans l'administration de leurs propres biens, la charge leur étant totalement confiée quand ils se montrent effectivement capables de l'assumer.

Paragraphe unique. L'inventaire des biens du Patrimoine indigène sera constamment actualisé en procédant à la surveillance rigoureuse de leur gestion moyennant un contrôle interne et externe afin que la responsabilité de leurs administrateurs soit effective.

Art. 43. Le revenu indigène est le résultat de l'application des biens et utilités intégrants du Patrimoine indigène sous la responsabilité de l'organe d'assistance à l'Indien.

§ 1. Le revenu indigène sera réappliqué de préférence en activités rentables, ou utilisé en programmes d'assistance à l'Indien.

§ 2. La réapplication prévue au paragraphe antérieur reviendra principalement au bénéfice de la communauté qui aura produit les premiers résultats économiques.

Art. 44. Les richesses du sol, dans les zones indigènes ne pourront être exploitées que par les sylvicoles qui auront l'exclusivité de l'orpaillage et de toute prospection minière (or, pierres précieuses et semi-précieuses) dans les zones mentionnées.

Art. 45. L'exploitation des richesses du sous-sol dans les zones appartenant aux Indiens, ou du domaine de l'Union mais de la jouissance des communautés indigènes, se fera dans les termes de la législation en vigueur en observant les dispositions de cette Loi.

§ 1. Le ministère de l'Intérieur, au moyen de l'organe compétent d'assistance aux Indiens, représentera les intérêts de l'Union comme propriétaire du sol mais la participation résultant de l'exploitation, les indemnités et le revenu du par l'occupation du terrain, tourneront au bénéfice des indiens et constitueront des sources de revenu indigène.

§ 2. Pour sauvegarder les intérêts du Patrimoine indigène et le bien-être des sylvicoles, l'autorisation de prospection ou d'exploitation de mines par des tiers sur les terres de jouissance tribale sera conditionnée à l'entente préalable avec l'organe d'assistance à l'Indien.

Art. 46. La coupe de bois dans les forêts indigènes considérées en régime de préservation permanente d'accord avec la lettre g et le § 2 de l'article 3 du Code forestier (Código Florestal) est conditionnée à l'existence des programmes ou projets pour l'emploi des terres respectives dans l'exploitation agro-pastorale, dans l'industrie ou dans le reboisement.

TITRE V

Education, culture et santé

Art. 47. Le respect du patrimoine culturel des communautés indigènes est assuré, ainsi que leurs valeurs artistiques et moyens d'expression.

Art. 48. Le système d'enseignement en vigueur au Brésil s'étend à la population indigène avec les adaptations nécessaires.

Art. 49. L'alphabétisation des Indiens sera faite en portugais ainsi que dans la langue du groupe auquel ils appartiennent pour en sauvegarder l'usage.

Art. 50. L'éducation de l'indien sera orientée sur l'intégration à la communion nationale par un processus de compréhension progressive des problèmes généraux et des valeurs de la société nationale, ainsi que par le progrès de ses aptitudes individuelles.

Art. 51. L'assistance aux mineurs à des fins éducationnelles sera accordée autant que possible sans les éloigner de l'ambiance familiale ou tribale.

Art. 52. La formation professionnelle appropriée sera accordée à l'Indien selon son degré d'acculturation.

Art. 53. L'artisanat et les industries rurales seront stimulés pour élever le patron de vie de l'Indien en l'adaptant convenablement aux conditions des techniques modernes.

Art. 54. Les Indiens ont droit aux moyens de protection à la santé accordés à la communion nationale.

Paragraphe unique. Pendant l'enfance, la maternité, la maladie et la vieillesse le sylvicole doit être assuré de l'assistance spéciale des pouvoirs publics dans des établissements destinés à cette fin.

Art. 55. Le régime général de la sécurité sociale sera étendu aux Indiens, compte tenu des conditions sociales, économiques et culturelles des communautés bénéficiaires.

TITRE VI

Normes pénales

CHAPITRE I

Principes

Art. 56. En cas de condamnation de l'Indien pour infraction pénale, la peine devra être atténuée et pour l'appliquer le juge considérera aussi le degré d'intégration du sylvicole.

Paragraphe unique. Les peines de réclusion et de détention seront subies si possible en régime spécial de semi-liberté là où fonctionne l'organe d'assistance aux Indiens les plus près de l'habitation du condamné.

Art. 57. L'application des sanctions pénales ou disciplinaires contre les membres des groupes tribaux sera tolérée d'accord avec les propres institutions, du moment qu'elles ne revêtent pas un caractère cruel ou infamant, mais la peine de mort sera toujours défendue.

CHAPITRE II

Crimes contre les Indiens

Art. 58. Sont considérés crimes contre les Indiens et la culture indigène:

I — Se moquer des cérémonies, rites, us et coutumes ou traditions culturelles indigènes, les vilipender ou troubler de quelque façon leur pratique. **Peine** — détention de un à trois mois.

II — Utiliser l'Indien ou la communauté indigène comme objet de propagande touristique ou d'exhibition à des fins lucratives. **Peine** — détention de deux à six mois.

III — Faciliter par quelque moyen que ce soit l'acquisition, l'usage et la dissémination de boissons alcooliques dans les groupes tribaux ou parmi les Indiens non intégrés. **Peine** — détention de six mois à deux ans.

Paragraphe unique. Les peines établies dans cet article sont aggravées d'un tiers quand le crime est commis par un fonctionnaire ou employé de l'organe d'assistance à l'Indien.

Art. 59. Au cas de crime contre la personne, le patrimoine ou les coutumes, où l'offensé est indien non intégré ou communauté indigène, la peine sera aggravée d'un tiers.

TITRE VII

Dispositions générales

Art. 60. Les biens et revenus du Patrimoine indigène jouissent de pleine exemption tributaire.

Art. 61. Les privilèges des Finances publiques sont étendues aux intérêts du Patrimoine indigène en ce qui concerne l'insaisissabilité des biens, revenus et services, actions spéciales, délais processifs, intérêts et couts.

Art. 62. Sont déclarés nuls et non avenus les effets juridiques des actes de quelque nature que ce soit qui ont pour objet le domaine, la jouissance ou l'occupation des terres habitées par les Indiens ou communautés indigènes.

§ 1. Les dispositions de cet article s'appliquent aux terres qui ont été désoccupées par les Indiens ou les communautés indigènes en vertu d'acte illégitime de la part de l'autorité, ou privé.

§ 2. Personne n'aura droit d'action ou d'indemnisation contre l'Union ou contre l'organe d'assistance à l'indien ou sylvicoles, en vertu de l'annulation et extinction dont traite cet article, ou de leurs conséquences économiques.

§ 3. En caractère exceptionnel et au jugement exclusif du dirigeant de l'organe d'assistance à l'indien, la continuation à délai raisonnable des effets des contrats de fermage en vigueur à la date de cette Loi sera permise, si leur extinction occasionne de graves conséquences sociales.

Art. 63. Aucune mesure judiciaire ne sera concédée préliminairement, en cas d'actions comprenant l'intérêt du sylvicole ou du Patrimoine indigène, sans l'opinion préalable de l'Union et de l'organe de protection à l'Indien.

Art. 64. VETO

Paragraphe unique. VETO

Art. 65. Le Pouvoir exécutif fera en un délai de cinq ans la démarcation des terres indigènes qui ne sont pas encore délimitées.

Art. 66. L'organe de protection au sylvicole divulguera et fera respecter les normes de la Convention 107 promulguée par le Décret n.º 58.824 du 14 juillet 1966.

Art. 67. La Loi n.º 5.371 du 5 décembre 1967 est maintenue.

Art. 68. Cette Loi entrera en vigueur à la date de sa publication, ce qui révoquera les dispositions contraires.

Exemplares adicionais desta edição podem ser
solicitados à
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Palácio do Planalto
CEP 70.150 — Brasília — DF.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE CIVIL
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
BRASÍLIA-JANEIRO-1982